

## DECRETO Nº 1.164 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.

*Dispõe sobre o dever de vacinação contra a COVID-19 de todos os agentes públicos municipais como medida de enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.*

O **Prefeito do Município de Itapagipe** no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município

**Considerando** a vigência do artigo 3º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, por força de decisão cautelar proferida na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 6625, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, de importância internacional, decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e prevê a possibilidade de determinação de realização compulsória de vacinação;

**Considerando** que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto das ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) 6586 e 6587 e do ARE (Recurso Extraordinário com Agravo) 1267879, em 17 de dezembro de 2020, decidiu que o Município, como os demais entes da federação, pode determinar vacinação compulsória contra a Covid-19, prevista na Lei Federal n.º 13.979, de 2020, para assegurar a proteção da saúde coletiva e a imunização comunitária, como decorrência da prevalência do princípio constitucional da solidariedade;

**Considerando** que na atividade de vacinação contra a COVID-19, o Município distribui, de forma universal e gratuita, imunizantes devidamente registrados pelo órgão competente de vigilância sanitária e incluídos nos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Imunização, além de realizar campanha de publicidade institucional que garante a ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes;

**Considerando** que os funcionários públicos municipais devem proceder , na vida pública e privada , de forma a dignificar sempre a função pública;

**DECRETA:**

**Art. 1º** A vacinação contra a COVID-19 é obrigatória para todos os servidores públicos municipais ocupantes de cargos efetivos, em comissão, agentes políticos e contratados temporariamente.

**Parágrafo único.** Os agentes públicos municipais, que já foram convocados por força do calendário vacinal para a imunização contra a COVID -19, deverão submeter-se ao esquema vacinal completo, com cumprimento integral do prazo de imunização orientado no ato da aplicação da vacina, como medida para o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.

**Art.2º** A recusa, sem justa causa, em submeter-se à vacinação contra a COVID-19 acarretará a adoção das medidas administrativas cabíveis, incluídas aquelas de natureza disciplinar previstas em lei, observado o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

**Art.3º** Caberá à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal-SEGEp, com base em informações fornecidas pela Secretaria Municipal da Saúde-SMS, verificar os agentes públicos municipais que, sem justa causa, não se vacinaram, adotando as providências legais e regulamentares cabíveis.

**§1º** Os agentes públicos que já foram convocados por força do calendário vacinal para a imunização contra COVID -19, mas não compareceram, deverão apresentar para a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal - SEGEp a justificativa médica, amparada em atestado médico contendo o código da Classificação Internacional de Doenças (CID) da doença, que fundamente a não imunização contra COVID-19.

**§2º** Constitui justificativa médica a existência de contraindicação para todas as vacinas disponíveis no Plano de Vacinação contra a COVID-19 do Município de Itapagipe.

**§3º** Constitui contraindicação para as vacinas contra a COVID-19 a história de hipersensibilidade ao princípio ativo ou a qualquer dos excipientes de cada imunizante.

**§4º** Para a segunda dose da vacina da AstraZeneca, acrescenta-se a contraindicação para pacientes que sofreram trombose venosa e/ou arterial importante em combinação com trombocitopenia após vacinação prévia com qualquer vacina contra a COVID-19.

**§5º** A contraindicação pode ser temporária, de forma a justificar o adiamento da vacinação, para pacientes com quadro febril ou doença aguda, assim como no período de agudização de doenças crônicas.

**§6º** A justificativa médica para o não comparecimento à vacinação deverá ser encaminhada para a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoal que submeterá à análise pela Perícia Médica do Município.

**§7º** A aceitação da justificativa prevista no parágrafo anterior ficará condicionada à confirmação pela Perícia Médica da contraindicação declarada pelo médico, conforme atestado, podendo, a seu critério, solicitar parecer de especialista da área médica relacionada ou outros exames comprobatórios das alegadas doenças, assim como outros documentos que julgar necessários, ou ainda dispensar as comprovações citadas, desde que haja registro das mesmas e de sua gravidade no histórico médico-ocupacional do servidor.

**§8º** A não confirmação da justificativa médica pela Perícia Médica ensejará a elaboração de relatório circunstanciado para apuração da responsabilidade disciplinar do agente público.

**§9º** O relatório circunstanciado previsto no parágrafo anterior deverá ser encaminhado para o Núcleo a que o servidor está vinculado, que encaminhará

à chefia do servidor para fins de instauração compulsória de procedimento de apuração de infração disciplinar.

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapagipe, 17 de novembro de 2021.

**Ricardo Garcia da Silva**  
**Prefeito**